



GCM ARACAJU-SE

Guarda Municipal

Questões gabaritadas
da banca Idecan
Legislação comentada
Conteúdo de acordo com o
Edital nº 01 de 28 de maio
de 2026-GMA/SSM/SEPLOG



- Língua Portuguesa
- Raciocínio Lógico
- Atualidades
- Conhecimentos sobre Aracaju/SE
- Noções de Direito Administrativo
- Noções de Direito Constitucional e Direitos Humanos
- Noções de Informática (On-line)
- Noções de Direito Penal e Processo Penal (On-line)
- Legislação Extravagante (On-line)
- Legislação Municipal de Aracaju/SE (On-line)

Guarda Municipal de Aracaju - GMA

GCM ARACAJU-SE

Guarda Municipal

APRESENTAÇÃO

Se você tem este livro em mãos, é porque está construindo sua jornada rumo à tão sonhada aprovação com compromisso e dedicação.

A Editora Nova Concursos será sua maior aliada neste percurso, oferecendo um material de qualidade que será seu guia de estudos.

Nosso livro foi elaborado com a experiência de professores renomados, especialistas em concursos públicos, somada à organização e dedicação do nosso time editorial.

O conteúdo programático do edital foi criteriosamente analisado para abordar todos os temas cobrados em um sumário que foi pensado para te apresentar uma sequência lógica; isso facilitará a compreensão do conteúdo cobrado para o cargo de Guarda Municipal de acordo com o Edital Nº 01 de 28 de Maio de 2026 – GMA/SSM/SEPLOG, da Guarda Municipal de Aracaju – GMA.

Para complementar seus estudos e auxiliar sua memorização, ao decorrer da teoria você encontrará recursos como boxes Importante e Dica, com macetes valiosos selecionados para otimizar seu tempo; para um planejamento completo, ao final de todas as disciplinas apresentamos a seção Hora de Praticar, com questões gabaritadas da banca Idecan, organizadora contratada para a realização do certame, para que você pratique a teoria e já conheça o perfil da banca.

Para sua preparação acesse os conteúdos complementares disponíveis on-line para este livro em nossa plataforma: *Noções de Informática, Noções de Direito Penal e Processo Penal, Legislação Extravagante e Legislação Municipal de Aracaju/se disponíveis em PDF para download*. Para acessar, basta seguir as orientações na próxima página.

Este material é um verdadeiro diferencial, pois proporciona uma abordagem completa e especializada que irá te guiar até o sucesso.

Vamos juntos rumo à aprovação!

AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE **DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS	11
■ ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS	14
■ ARTICULAÇÃO TEXTUAL	14
PRONOMES E EXPRESSÕES REFERENCIAIS, NEXOS, OPERADORES SEQUENCIAIS E ELEMENTOS DE COESÃO	14
■ SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES.....	19
■ EQUIVALÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO DE ESTRUTURAS.....	21
■ SINTAXE	23
■ PERÍODO SIMPLES – TERMOS DA ORAÇÃO	24
PERÍODO COMPOSTO	30
COORDENAÇÃO	30
SUBORDINAÇÃO	31
REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL.....	34
CONCORDÂNCIA NOMINAL E VERBAL.....	36
CLASSES DE PALAVRAS: EMPREGO E FUNÇÕES	42
FLEXÃO NOMINAL.....	43
PRONOMES: EMPREGO E FORMAS DE TRATAMENTO.....	48
Colocação Pronominal	51
EMPREGO DOS TEMPOS E MODOS VERBAIS	52
FLEXÃO VERBAL.....	52
■ PONTUAÇÃO.....	58
■ ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS	62
■ CRASE	66
■ ORTOGRAFIA OFICIAL.....	69
ACENTUAÇÃO GRÁFICA	69

RACIOCÍNIO LÓGICO.....	81
■ PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS E NEGAÇÕES	81
ESTRUTURAS LÓGICAS	81
■ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS.....	89
■ ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E DIAGRAMAS LÓGICOS	99
■ SEQUÊNCIAS LÓGICAS, NUMÉRICAS, ALFABÉTICAS E FIGURAIS	103
■ RELAÇÕES ARBITRÁRIAS ENTRE PESSOAS, LUGARES, OBJETOS OU EVENTOS FICTÍCIOS.....	108
DEDUÇÃO DE NOVAS INFORMAÇÕES A PARTIR DE RELAÇÕES FORNECIDAS.....	110
■ RACIOCÍNIO VERBAL, MATEMÁTICO, SEQUENCIAL, ESPACIAL E TEMPORAL	110
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS	110
■ PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS.....	119
ATUALIDADES.....	151
■ FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, ADMINISTRATIVOS, CULTURAIS, AMBIENTAIS, CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E JURÍDICOS OCORRIDOS NO BRASIL E NO MUNDO	151
CONHECIMENTOS SOBRE ARACAJU-SE.....	223
■ LOCALIZAÇÃO E LIMITES	223
■ HIDROGRAFIA	223
■ POPULAÇÃO.....	224
■ ASPECTOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS, ADMINISTRATIVOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS	224
■ PONTOS TURÍSTICOS.....	224
■ PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL, AMBIENTAL E PAISAGÍSTICO.....	225
■ CLIMA E VEGETAÇÃO.....	225
■ OCUPAÇÃO GEOGRÁFICA E DESENVOLVIMENTO URBANO.....	225
■ HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE ARACAJU.....	226
NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....	223

■ ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	223
CONCEITOS, ELEMENTOS, NATUREZA E FINS.....	223
PRINCÍPIOS.....	224
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA.....	228
■ PRINCÍPIOS EXPRESSOS E IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	250
■ PODERES ADMINISTRATIVOS.....	256
PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	258
PODER REGULAMENTAR	259
PODER HIERÁRQUICO	260
PODER DISCIPLINAR.....	261
PODER DE POLÍCIA.....	261
PODER DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA E SUA APLICAÇÃO NA ATUAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL	264
■ ATOS ADMINISTRATIVOS.....	267
CONCEITO	267
REQUISITOS	268
ATRIBUTOS	271
CLASSIFICAÇÃO.....	273
ESPÉCIES	275
REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO.....	275
CONVALIDAÇÃO	276
■ AGENTES PÚBLICOS	277
CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA.....	278
Investidura	279
Provimento	280
Posse e Exercício	282
DIREITOS	285
DEVERES	290
RESPONSABILIDADES	296
■ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	309
■ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	321

■ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA: NOÇÕES GERAIS	337
■ PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: NOÇÕES GERAIS.....	340
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS.....	349
■ PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	349
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	353
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	353
DIREITOS SOCIAIS.....	375
NACIONALIDADE	382
DIREITOS POLÍTICOS	384
■ ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	387
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	388
■ ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E REGRAS APLICÁVEIS	404
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	404
SERVIDORES PÚBLICOS	414
■ SEGURANÇA PÚBLICA: ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESPECIALMENTE O § 8º, RELATIVO ÀS GUARDAS MUNICIPAIS.....	418
■ POLÍTICA URBANA	421
■ MEIO AMBIENTE	422
■ FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, JOVEM E IDOSO.....	423
■ DIREITOS HUMANOS.....	426
CONCEITO E FUNDAMENTOS.....	426
CARACTERÍSTICAS	429
PROTEÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL	429
DIMENSÕES/GERAÇÕES	433
■ DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	436
■ DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, IGUALDADE, LIBERDADE, CIDADANIA E NÃO DISCRIMINAÇÃO.....	445
■ DIREITOS HUMANOS E ATUAÇÃO DOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA	447
■ USO LEGAL, NECESSÁRIO, PROPORCIONAL E PROGRESSIVO DA FORÇA	448

■	PROTEÇÃO DE GRUPOS VULNERABILIZADOS.....	450
	DIREITOS DAS MULHERES.....	450
	POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.....	452
	Conceito, Direitos, Identidade, Território, Cultura, Proteção, Respeito às Formas Próprias de Organização Social, Organização Social, Costumes, Línguas, Crenças, Tradições e Direitos Originários sobre as Terras que Tradicionalmente Ocupam	452
	DIREITOS CONSTITUCIONAIS: ARTS. 231 E 232 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.....	453
■	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER. LEI Nº 11.340/2006; LEI MARIA DA PENHA.....	454
■	RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL E INJÚRIA RACIAL – LEI Nº 7.716/1989 E ALTERAÇÕES	467
■	LEI Nº 12.288/2010 – ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	473
■	DECRETO Nº 6.040/2007.....	488
■	CONVENÇÃO Nº 169 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT, CONSOLIDADA PELO DECRETO Nº 10.088/2019	488
■	LEI Nº 14.701/2023, NO QUE COUBER.....	489



LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A interpretação e a compreensão textual são aspectos essenciais a serem dominados por aqueles candidatos que buscam a aprovação em seleções e concursos públicos. Trata-se de um assunto que abrange questões específicas e de conteúdo geral nas provas. Conhecer e dominar estratégias que facilitem a apreensão desse assunto pode ser o grande diferencial entre o quase e a aprovação.

Além disso, seja a compreensão textual, seja a interpretação textual, ambas guardam uma relação de proximidade com um assunto pouco explorado pelos cursos de português: a **semântica**, que incide seus estudos sobre as relações de sentido que a forma linguística pode assumir.

Portanto, neste material, você encontrará recursos para solidificar seus conhecimentos sobre interpretação e compreensão textual, associando a essas temáticas as relações semânticas que permeiam o sentido de todo amontoado de palavras, tendo em vista que qualquer aglomeração textual é, atualmente, considerada texto e, dessa forma, deve ter um sentido que precisa ser reconhecido por quem lê.

Assim, vamos começar nosso estudo fazendo uma breve diferença entre os termos **compreensão** e **interpretação** textual.

Para muitos, essas palavras expressam o mesmo sentido, mas, como pretendemos deixar claro neste material, ainda que existam relações de sinonímia entre palavras do nosso vocabulário, a opção do autor por um termo em vez de outro reflete um sentido que deve ser interpretado no texto, uma vez que a **interpretação** realiza ligações com o texto a partir das ideias que o leitor pode concluir com a leitura.

Já a **compreensão** busca a análise de algo exposto no texto e, geralmente, é marcada por uma palavra ou expressão, apresentando mais relações semânticas e sintáticas. A compreensão textual estipula aspectos linguísticos essencialmente relacionados à significação das palavras e, por isso, envolve uma forte ligação com a semântica.

Sabendo disso, é importante separarmos os conteúdos que tenham mais apelo **interpretativo** ou **compreensivo**. Esses assuntos completam o estudo basilar de semântica com foco em provas e concursos, sempre visando à sua aprovação.

INFERÊNCIA – ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

A inferência é uma relação de sentido conhecida desde a Grécia Antiga e que embasa as teorias sobre interpretação de texto.

Dica

Interpretar é buscar ideias e pistas do autor do texto nas linhas apresentadas

Porém, apesar de aparentemente parecer algo subjetivo, há “regras” para se buscar essas pistas.

A primeira e mais importante delas é identificar a orientação do pensamento do autor do texto, que fica perceptível quando identificamos como o raciocínio dele foi exposto: se de maneira mais racional, a partir da análise de dados e informações com fontes confiáveis, ou se de maneira mais prática, partindo dos efeitos e das consequências, a fim de identificar as causas.

Por isso, é preciso compreender como podemos interpretar um texto mediante estratégias de leitura. Neste material, selecionamos as estratégias mais eficazes, que podem contribuir para sua aprovação em seleções que avaliam a competência leitora dos candidatos. A partir disso, selecionamos estratégias de leitura que foquem nas formas de inferência sobre um texto.

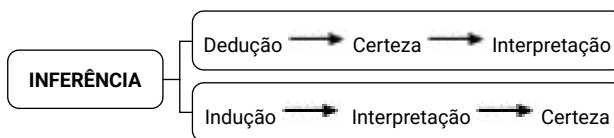
Dessa forma, é fundamental identificar como ocorre o processo de **inferência**, que se dá por **dedução** ou por **indução**. Para entender melhor, veja este exemplo:

O marido da minha chefe parou de beber.

Observe que é possível inferir várias informações. A primeira é que a chefe do enunciador é casada (informação comprovada pela palavra “marido”); a segunda é que o enunciador está trabalhando (informação comprovada pela expressão “minha chefe”); e a terceira é que o marido da chefe do enunciador bebia (informação comprovada pela expressão “parou de beber”). Note que há pistas contextuais do próprio texto que induzem o leitor a interpretar essas informações.

Tratando-se de interpretação textual, os processos de inferência, sejam por dedução ou por indução, partem de uma certeza prévia para a construção de uma interpretação, elaborada a partir das pistas oferecidas no texto, articuladas com as informações acessadas pelo leitor.

A seguir, apresentamos uma figura que representa como ocorre a relação desses processos:



A partir desse esquema, conseguimos visualizar melhor como o processo de interpretação ocorre. Agora, detalharemos esse processo, reconhecendo as estratégias que compõem cada maneira de inferir informações de um texto. Por isso, apresentaremos, nos tópicos seguintes, como usar estratégias de cunho dedutivo e indutivo e, ainda, como articular a isso o nosso conhecimento de mundo na interpretação de textos.

A INDUÇÃO

As estratégias de interpretação que observam métodos indutivos analisam as “pistas” que o texto oferece e, posteriormente, reconhecem alguma certeza na interpretação. Dessa forma, é fundamental buscar uma ordem de eventos ou processos ocorridos no texto, que variam conforme o tipo textual.

RACIOCÍNIO LÓGICO

PROPOSIÇÕES, CONECTIVOS E NEGAÇÕES

VALORES LÓGICOS

Na lógica, temos apenas dois valores lógicos: **verdadeiro** ou **falso**. Quando temos uma declaração verdadeira, o seu valor lógico é **Verdade** (V); quando é falsa, dizemos que seu valor lógico é **Falso** (F).

ESTRUTURAS LÓGICAS

A Negação com o Conectivo “não”

Representação simbólica: ($\sim p$) ou ($\neg p$).

Sabemos que o valor lógico de “p” e “ $\sim p$ ” são opostos, isto é, se p é uma proposição verdadeira, “ $\sim p$ ” será falsa, e vice-versa.

Exemplo:

- p: “Matemática é difícil.”;
- ($\sim p$) ou ($\neg p$): “Matemática não é difícil.”

Outras maneiras de negar uma proposição, que têm aparecido com frequência nas provas de concursos, são:

- “Não é verdade que matemática é difícil.”;
- “É falso que matemática é difícil.”

Conjunção (Conectivo “e”)

Representação simbólica: $\wedge$

Exemplos:

Na linguagem natural:

O macaco bebe leite **e** o gato come banana.

Na linguagem simbólica: $p \wedge q$

Sendo:

- p: o macaco bebe leite.
- q: gato come banana.

Disjunção Inclusiva (Conectivo “ou”)

Representação simbólica: $\vee$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Maria é bailarina **ou** Juliano é atleta.

Na linguagem simbólica: $p \vee q$

Sendo:

- p: Maria é bailarina.
- q: Juliano é atleta.

Disjunção Exclusiva (Conectivo “Ou...ou”)

Representação simbólica: $\veebar$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Ou o elefante corre rápido, **ou** a raposa é lenta.

Na linguagem simbólica: $p \veebar q$

Sendo:

- p: o elefante corre rápido.
- q: a raposa é lenta.

Condicional (Conectivo “se... então”)

Representação simbólica: $\rightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Se estudar, **então** vai passar.

Na linguagem simbólica: $p \rightarrow q$

Sendo:

- p: estudar.
- q: vai passar.

Bicondicional (Conectivo “se, e somente se,”)

Representação simbólica: $\leftrightarrow$

Exemplos:

Na linguagem natural:

Bino vai ao cinema **se, e somente se**, ele receber dinheiro.

Na linguagem simbólica: $p \leftrightarrow q$

Sendo:

- p: Bino vai ao cinema.
- q: ele receber dinheiro.

PROPOSIÇÕES LÓGICAS SIMPLES

Observe a frase a seguir:

Paula vai à praia.

Para saber se temos ou não uma proposição, precisamos de três requisitos fundamentais:

- **Ser uma oração:** é uma frase com verbo;
- **Oração declarativa:** a frase precisa apresentar uma situação, um fato;
- **Pode ser classificada como Verdadeira ou Falsa:** ou seja, podemos atribuir o valor lógico verdadeiro ou o valor lógico falso para a declaração.

Tendo isso em vista, podemos afirmar claramente que a frase “Paula vai à praia” é uma proposição lógica, pois temos a presença de um verbo (ir), uma informação completa (temos o sujeito claro na oração) e podemos afirmar se é verdade ou falsa.

Dica

Proposição lógica é uma oração declarativa que admite apenas um valor lógico: V ou F.

ATUALIDADES

FATOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS, SOCIAIS, ADMINISTRATIVOS, CULTURAIS, AMBIENTAIS, CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E JURÍDICOS OCORRIDOS NO BRASIL E NO MUNDO

DEZEMBRO DE 2025

Mundo

- **EUA impõem proibições de visto a europeus por suposta censura em redes sociais¹**

Na terça-feira, 23 de dezembro, o governo do presidente Donald Trump anunciou a suspensão de vistos de um ex-comissário da União Europeia e de ativistas envolvidos no combate à desinformação. A decisão foi justificada pela Casa Branca sob a alegação de que essas figuras teriam participado de iniciativas que resultaram em censura de plataformas de mídia social norte-americanas, interferindo, segundo Washington, no livre funcionamento do debate público digital.

A medida se insere em um contexto mais amplo de confronto entre os Estados Unidos e a União Europeia em torno da regulação das grandes plataformas digitais. Autoridades americanas vêm criticando de forma recorrente normas europeias que consideram excessivamente restritivas à liberdade de expressão e prejudiciais aos interesses econômicos de empresas de tecnologia sediadas nos EUA. No centro desse embate está a Lei de Serviços Digitais (*Digital Services Act* — DSA), legislação adotada pela União Europeia com o objetivo de combater discursos de ódio, desinformação e a disseminação de notícias falsas. Para o governo norte-americano, no entanto, a DSA impõe custos elevados às *big techs*, amplia o poder regulatório dos Estados europeus e cria mecanismos que podem resultar em censura indireta de conteúdos.

Como parte dessa estratégia de enfrentamento, Washington orientou diplomatas e representantes a articularem oposição política e institucional à DSA, buscando apoio de aliados e pressionando autoridades europeias. O movimento evidencia o aumento das tensões transatlânticas sobre temas sensíveis como liberdade de expressão, responsabilidade das plataformas digitais e soberania regulatória, ao mesmo tempo em que revela divergências profundas sobre os limites da atuação estatal no ambiente digital.

Especialistas avaliam que a suspensão de vistos representa mais do que um gesto simbólico. A decisão

pode impactar negociações comerciais e políticas em curso entre Estados Unidos e União Europeia, além de estabelecer um precedente relevante: o uso de restrições migratórias como instrumento de pressão diplomática em disputas regulatórias. Nesse sentido, o episódio amplia o debate global sobre a governança internacional da internet, sinalizando que o controle do espaço digital tende a se tornar um dos principais eixos de conflito geopolítico nos próximos anos.

Rússia lança quase 500 drones e 40 mísseis contra a Ucrânia em ataque massivo²

Na madrugada de sábado, 27 de dezembro, a Rússia promoveu uma de suas ofensivas aéreas mais intensas desde o início da guerra, lançando quase 500 drones e cerca de 40 mísseis contra o território ucraniano, de acordo com declarações do presidente Volodymyr Zelensky. O ataque ocorreu em meio a sinais difusos de negociações e iniciativas diplomáticas voltadas à contenção do conflito, mas o volume e a duração da ofensiva evidenciam que, no terreno, a dinâmica da guerra permanece marcada pela escalada militar e pela persistência da violência.

Os bombardeios tiveram como principais alvos a infraestrutura energética e áreas civis da capital, Kiev, provocando apagões generalizados e deixando diversos bairros sem fornecimento de eletricidade e aquecimento, em pleno período de inverno. Zelensky afirmou que equipes de emergência foram mobilizadas para conter incêndios, remover destroços e iniciar reparos, mas ressaltou que os danos são extensos e afetam diretamente o cotidiano da população. Segundo ele, a estratégia russa de atingir instalações críticas busca desgastar a resistência ucraniana e pressionar a sociedade civil por meio do colapso de serviços essenciais.

O impacto humano foi imediato. De acordo com o prefeito de Kiev, Vitali Klitschko, ao menos 28 pessoas ficaram feridas, das quais 13 precisaram ser hospitalizadas. A ofensiva se estendeu por quase 10 horas, configurando-se como uma das mais longas e agressivas registradas ao longo do ano na região, o que elevou o nível de alerta das autoridades e forçou milhares de moradores a buscar abrigo durante a madrugada.

O episódio reforça o caráter prolongado e cada vez mais destrutivo do conflito entre Rússia e Ucrânia, marcado pelo uso sistemático de drones e mísseis contra infraestruturas críticas em centros urbanos. Analistas alertam que ataques dessa natureza ampliam significativamente os riscos humanitários e econômicos, ao comprometer serviços básicos como energia, aquecimento e abastecimento de água. Em um país já afetado por deslocamentos internos, perdas econômicas e instabilidade social, a continuidade dessas ofensivas aprofunda a crise e reduz as perspectivas de alívio imediato para a população civil.

¹ EUROPA critica EUA por negar visto de ativistas contra desinformação. **Agência Brasil**, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2025-12/europa-critica-eua-por-negar-vistos-de-ativistas-contra-desinformacao>. Acesso em: 28 jan. 2026.

² TANNON, S.; TARSOVA-MARKINA, D. Zelensky acusa Rússia de atacar Ucrânia com 500 drones e 40 mísseis. **CNN Brasil**, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/zelensky-acusa-russia-de-atacar-ucrania-com-500-drones-e-40-misseis/#:~:text=A%20R%C3%BAssia%20lan%C3%A7ou%20quase%20500,curso%20fala%20por%20s%C3%B3>. Acesso em: 28 jan. 2026.

CONHECIMENTOS SOBRE ARACAJU-SE

LOCALIZAÇÃO E LIMITES

Aracaju é a capital do estado de Sergipe e o principal centro político, administrativo e econômico da unidade federativa, situada no litoral da região Nordeste. Conhecer o município significa dominar sua localização e seus limites, a hidrografia que o recorta, a população que o habita, os aspectos econômicos, sociais e culturais, o patrimônio, o clima e a vegetação, a ocupação do território e a própria história de sua fundação.

POSIÇÃO GEOGRÁFICA E SITUAÇÃO EM SERGIPE

Aracaju ocupa a porção centro-leste do estado de Sergipe, no litoral atlântico da região Nordeste, e exerce a função de capital desde 1855. O município tem área aproximada de 182 quilômetros quadrados, uma das menores entre as capitais brasileiras, com altitude média próxima de quatro metros em relação ao nível do mar.

A baixa altitude e a posição litorânea explicam o relevo plano e a forte presença da água na paisagem. Rios, estuários e a orla marítima marcam o ambiente urbano. A condição de capital concentra em Aracaju os poderes estaduais, a maior densidade de serviços e a principal rede urbana de Sergipe, fazendo da cidade o centro de convergência da vida econômica e administrativa do estado.

LIMITES, MUNICÍPIOS VIZINHOS E A GRANDE ARACAJU

O território municipal estende-se, no sentido norte-sul, entre o Rio do Sal, ao norte, e o Rio Vaza-Barris, ao sul, tendo o oceano Atlântico a leste. Aracaju limita-se com os municípios de Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão a oeste, e relaciona-se de perto com a Barra dos Coqueiros, situada do outro lado do rio Sergipe e ligada à capital pela ponte Construtor João Alves.

Esses municípios vizinhos integram a chamada Grande Aracaju, a região metropolitana que reúne a capital e os municípios de seu entorno em torno de problemas comuns de transporte, habitação, saneamento e mercado de trabalho. A conurbação com Nossa Senhora do Socorro e São Cristóvão tornou os limites administrativos pouco perceptíveis no espaço urbano, o que já motivou disputas sobre a exata divisa entre os municípios.

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

Aracaju organiza-se internamente em dezenas de bairros, agrupados para fins de planejamento em zonas que correspondem às grandes direções de

expansão da cidade. A zona central concentra o comércio tradicional e as edificações históricas, enquanto as zonas norte, sul, oeste e a expandida abrigam, em proporções variadas, áreas residenciais, industriais e de ocupação mais recente.

A distribuição dos bairros reflete a história da ocupação, com o núcleo planejado original no centro e o crescimento posterior em direção às demais zonas. Bairros como Atalaia, na orla, e os conjuntos habitacionais da zona oeste e do entorno metropolitano expressam momentos distintos da urbanização, do projeto inicial às políticas habitacionais do século XX.

HIDROGRAFIA

OS RIOS SERGIPE, DO SAL, POXIM E VAZA-BARRIS

A hidrografia de Aracaju é um de seus traços mais marcantes e organiza-se em torno das bacias do rio Sergipe e do rio Vaza-Barris. O rio Sergipe banha a porção norte e leste do município, desemboca no oceano Atlântico e funciona como principal referência geográfica da cidade, separando-a da Barra dos Coqueiros e abrigando o porto que motivou a transferência da capital no século XIX.

Compõem ainda a rede hidrográfica o Rio do Sal, que marca o limite norte, o rio Poxim, que atravessa a área urbana e é cortado por canais, o rio Pitanga e o canal de Santa Maria. O rio Vaza-Barris define o limite sul do município, e o conjunto desses cursos d'água, somado aos canais urbanos, recorta o sítio da cidade e condiciona o seu crescimento.

ESTUÁRIOS, MANGUEZAIS E A RELAÇÃO COM O OCEANO

A posição de Aracaju na foz de vários rios cria um ambiente estuarino, no qual as águas doces dos rios se encontram com as águas salgadas do mar. Esse encontro favorece a formação de extensos manguezais, ecossistemas de elevada importância ecológica que funcionam como berçário de espécies e como proteção natural da costa contra a erosão.

Os manguezais associam-se à fauna que se tornou símbolo da cidade, em especial o caranguejo, a ponto de Aracaju ser conhecida como a Terra do Caranguejo. A relação íntima com o oceano e com os estuários define a vocação pesqueira de comunidades tradicionais e sustenta parte da gastronomia e da identidade cultural da capital sergipana.

ABASTECIMENTO, NAVEGAÇÃO E O PAPEL DA ÁGUA NA CIDADE

A abundância de água teve papel decisivo na escolha do sítio da nova capital, pois o rio Sergipe oferecia condições de navegação e a possibilidade de um porto capaz de escoar a produção açucareira do Vale do Cotinguiba. A navegação fluvial e marítima foi, por isso, um dos fundamentos econômicos da fundação da cidade em 1855.

Com o crescimento urbano, os rios e canais passaram a enfrentar problemas de ocupação irregular das margens, assoreamento e poluição, o que tornou

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O estudo do direito administrativo exige uma compreensão dos conceitos fundamentais que estruturam o Estado, governo e Administração Pública. A partir dessa base, é possível explorar os elementos que os constituem, suas finalidades, Poderes e princípios, de modo a delimitar as funções, bem como a organização do Estado em sua totalidade.

CONCEITOS, ELEMENTOS, NATUREZA E FINS

O Estado é a organização política que exerce poder soberano e originário sobre um determinado território e povo. Sua formação pode ocorrer de diferentes maneiras, como por via natural, religiosa, contratual ou pela força e domínio. Outras formas também podem originar de modo derivado, como a união de dois Estados soberanos para formar um novo Estado; a divisão de um Estado em dois ou mais outros, independentes; e de maneira atípica, como nos casos do Vaticano e de Israel.

Posto isto, cabe ressaltar que o Estado é reconhecido como uma pessoa jurídica de direito público, dotado de prerrogativas e deveres específicos para a promoção do bem comum. A natureza é essencialmente política, pois surge da necessidade de governar grandes populações em territórios extensos, consolidando o chamado contrato social.

Conforme Dalmo de Abreu Dallari (*apud* Lenza, 2019), o Estado é definido como “[...] a ordem jurídica soberana, que tem por fim o bem comum de um povo situado em determinado território”. Essa definição traz à tona os quatro elementos essenciais do Estado: soberania, finalidade, povo e território, os quais podem ser assim descritos:

- **Soberania:** trata-se do poder político supremo e independente, que confere ao Estado a capacidade de criar e aplicar normas dentro de seu território, sem subordinação a qualquer outro poder;
- **Finalidade:** o objetivo tardio do Estado é a promoção do bem comum, assegurando condições para o desenvolvimento pleno da pessoa humana;
- **Povo:** constituído pelos indivíduos que compõem a nação, vinculados ao território e entre si por laços jurídicos e de nacionalidade;
- **Território:** o espaço físico onde o Estado exerce sua soberania, permitindo a organização e a permanência de sua população.

A Constituição Federal, de 1988, no art. 18, trata da organização político-administrativa do Estado brasileiro, estabelecendo sua divisão em União, estados-membros, Distrito Federal e municípios, todos dotados de autonomia política e administrativa.

A Teoria da Separação dos Poderes

A organização interna do Estado fundamenta-se na teoria da separação dos Poderes, concebida por Montesquieu, que visa à independência e harmonia entre as funções estatais, divididas em Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Esse modelo, conhecido como teoria tripartite, é adotado para evitar abusos de poder e garantir o equilíbrio institucional.

Cada Poder exerce funções específicas:

- **Poder Legislativo:** responsável por elaborar, modificar ou revogar as normas jurídicas, sempre nos limites impostos pela Constituição;
- **Poder Executivo:** encarregado da administração do Estado, atuando na execução das leis e na gestão dos interesses públicos, em conformidade aos ditames legais;
- **Poder Judiciário:** exercita a jurisdição, aplicando o direito em casos concretos por meio de processos judiciais, garantindo a justiça e a resolução de conflitos.

GOVERNO: CONCEITO E FUNÇÕES

O governo pode ser definido como a condução política dos negócios públicos, sendo a expressão da soberania do Estado. Trata-se do conjunto de órgãos e funções, orientados para o comando e direção das ações que concretizam os objetivos estatais.

Em sua essência, o governo atua como representante político do Estado, exercendo uma função discricionária e independente. As políticas públicas são definidas por meio do governo, bem como os rumos estratégicos da sociedade, diferenciando-se da Administração Pública, que se ocupa da execução das políticas estabelecidas.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: ORGANIZAÇÃO E FUNÇÕES

A Administração Pública é o aparato técnico e funcional do Estado, responsável por implementar as decisões políticas do governo. Pode ser compreendida sob dois aspectos principais: sentido formal e sentido material.

Sentido Formal

Nesse espectro, o sentido formal refere-se ao conjunto de órgãos, entidades e estruturas instituídos pelo Estado para desempenhar as funções administrativas. Aqui, o foco está na organização administrativa em si, ou seja, nas instituições que compõem o aparato público.

Alguns exemplos são:

- **Ministérios:** o Ministério da Saúde, responsável pela formulação de políticas públicas de saúde, é uma entidade que integra a Administração Pública direta;

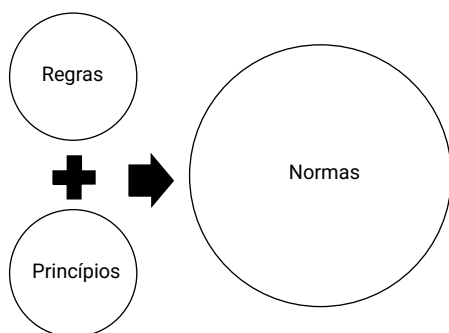
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

CONCEITO E NATUREZA

Antes de adentrarmos propriamente no tema, é importante esclarecer um ponto que já foi objeto de prova: princípios, regras e normas se distinguem.

Há o gênero normas, do qual decorrem as espécies regras e princípios. As normas são amplas, abarcando, assim, a natureza abstrata dos princípios e a concretude das regras.



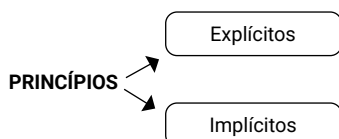
Os princípios são um alicerce de um sistema, uma estrutura básica do ordenamento jurídico, trazendo, também, uma melhor orientação à interpretação de um texto constitucional, que não pode ser feita de forma isolada, mas, sim, levando em consideração todo o contexto.

Os princípios constitucionais podem ser **explícitos** ou **implícitos**. Os princípios explícitos são aqueles que estão de forma expressa no Texto Constitucional (escritos).

Já os implícitos são obtidos por meio de uma construção lógica, estando subentendidos no texto mesmo não aparecendo expressamente.

Como exemplo de princípios explícitos, podemos citar os princípios do art. 37 da CF, os quais dizem respeito à Administração Pública.

Já quanto aos princípios implícitos, podemos citar o princípio da supremacia do interesse público, o qual, apesar de não ser encontrado expressamente na CF, é estritamente observado pelo poder público.



PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Os princípios fundamentais são mandamentos que vão influenciar em toda a ordem jurídica.

Por exemplo, é nesse momento que o Texto Constitucional formaliza a relação entre **povo, governo e território**, elementos estes que são requisitos para a constituição de um Estado.

Além disso, servem como norte para outras normas e estão localizados no Título I da CF, de 1988, o qual é composto por quatro artigos.

Note que é nesses artigos que se proclama o regime político democrático com fundamento na soberania popular e na garantia da separação de função entre os governos.

Além disso, neles também são determinados os valores e diretrizes para o ordenamento constitucional.

Salientamos, antes de adentrarmos especificamente nos referidos artigos, que muitas questões de prova cobram do examinando um conhecimento prévio correlacionando a distinção do que são fundamentos (art. 1º), objetivos (art. 3º) e princípios (art. 4º).

Repare que, no parágrafo anterior, não foi exposto o art. 2º, mas isso se deu de forma proposital, tendo em vista que o examinador, muitas vezes, tenta confundir o candidato com o rol dos artigos anteriormente mencionados.

Para tanto, utilizaremos alguns mnemônicos ao longo das explicações, começando logo por “**FOP**” (**f**undamentos, **o**bjetivos, **p**rincípios).

Observe que esse mnemônico obedece à ordem alfabética, estando também em conformidade com a ordem dos artigos da Constituição (F-1º; O-3º; P-4º).

Assim, quando a questão mencionar algo relacionado a fundamentos, lembre-se de que estará se referindo ao exposto no art. 1º; quando mencionar objetivos, ao art. 3º; e, quando mencionar princípios, ao art. 4º. Não se esqueça também de que o art. 2º não entra como referência nesse mnemônico.

FUNDAMENTOS

Os fundamentos contidos no art. 1º da CF, de 1988, servem como base para todo o ordenamento jurídico, pois se referem aos valores de formação da República Federativa do Brasil — veja a importância do artigo, não somente em relação à Constituição, mas para toda a ordem jurídica do Estado.

Assim, vejamos o referido dispositivo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como **fundamentos**:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

 **337 APROVADOS
NO INSS 2022**



**GOSTOU DESSA
DEMONSTRAÇÃO?**

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO